



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SANTA HELENA

ESTADO DO PARANÁ – CNPJ 77.881.449/0001-30

PARECER DA PROCURADORIA JURÍDICA

Síntese do Processo

Trata-se de parecer jurídico suscitado pelo Presidente dessa Casa de Leis, para a contratação de empresa para elaboração do Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Helena, conforme legislação vigente.

O processo administrativo em destaque se consolida via Contratação Direta, na forma da modalidade Dispensa de Licitação, fundamentada no inciso II, art. 75 da Lei 14.133 de 2021, em função do valor, e por se tratar de bens e serviço comuns, com base no menor preço por item, inferior R\$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos), valor atualizado pelo Decreto nº 12.807/2025.

Do plano de contratações anual – Disponibilidade e adequação orçamentária e financeira

No que concerne a fase instrutória do processo de licitação em comento, a denominada fase preparatória, se comprova a possibilidade de contratação de empresa para elaboração do Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Helena.

Observa-se que na fase do PCA realizou-se o planejamento prévio, levando em consideração as necessidades e demandas para o próximo ano, pois se comprova via publicação do Plano de Contratações Anual 2026, no Diário Oficial Eletrônico do Município de Santa Helena bem como sua alteração.

Segundo Tatiana Câmara o Plano de Contratações Anual:

“...é uma ferramenta oferece várias vantagens, pois possibilita a ampliação da realização de compras, conjuntas, à medida que agregará as demandas comuns das unidades administrativas o que propicia economia de escala”. (CAMARÃO, Tatiana. IN Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Belo Horizonte, Fórum, 2022. P 255)

Nesse sentido, foi considerado a prelázia da Lei nº 14.133/2021 ao cumprir de forma categoria o plano de gerenciamento das contratações (PGC) descrevendo detalhadamente todas as etapas do processo de contratação ao longo do ano de 2026, com estratégias, metodologias, processos e ferramentas amplamente utilizadas nas fases do processo em andamento.

No que concerne a disponibilidade e adequação orçamentária e financeira, o setor contábil declarou existência de previsão de



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SANTA HELENA

ESTADO DO PARANÁ – CNPJ 77.881.449/0001-30

recursos orçamentários suficientes para assegurar o pagamento das obrigações decorrentes da contratação acima especificada.

Denota-se que a hodierna despesa preenche os requisitos exigidos pela Lei Complementar nº 101/00, precipuamente os contidos nos artigos 16 e 17.

Do documento de formalização de demanda - DFD

No que tange ao documento de formalização de demanda, denota-se que foi preenchido de forma correta, com extrema eficiência as diretrizes necessárias para a formação de demanda nas contratações públicas, posto que observou-se as disposições da nova Lei de Licitações e contratos administrativos, descrevendo o Requisitante/Demandante; o nome completo do órgão ou entidade demandante; contato do responsável pela demanda (nome, e-mail, telefone); descrição do objeto; justificativa, quantidade de serviço; estimativa total de preços referenciais; previsão data em que deve ser iniciada o fornecimento objeto; indicação da equipe de planejamento e responsáveis pela fiscalização, em atendimento ao princípio da segregação de funções; assinatura do responsável pela formalização da demanda e conteúdo do documento; e assinatura do Presidente de Câmara Municipal com a autorização e ratificação.

Da pesquisa de preços de mercado

Na fase de pesquisa de preços de mercado, com base no documento apresentado, para a elaboração do Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC) da Câmara Municipal de Santa Helena foi realizada seguindo os parâmetros da Lei Federal nº 14.133/2021. O formato da pesquisa foi abrangente e utilizou quatro fontes principais: busca prioritária por custos unitários no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), levantamento de contratações similares em outros órgãos públicos (como as prefeituras de Balneário Camboriú, Joaçaba e Foz do Iguaçu), consulta a sítios eletrônicos oficiais e pesquisa direta com fornecedores, mediante chamamento público no Diário Oficial do Município. No total, foram levantados 12 preços no PNCP, 4 de contratações similares, 1 de sítio eletrônico e 2 orçamentos diretos com fornecedores.

A escolha da metodologia de cálculo pela média foi adotada por ser considerada a medida de tendência central que melhor reflete o valor de mercado para o objeto em questão. A administração optou por este método devido à discrepância identificada entre os valores coletados e às peculiaridades de cada órgão consultado, entendendo que a média se mostrou a opção mais vantajosa e equilibrada para balizar o valor estimado da contratação. Esse valor servirá como parâmetro inicial para o edital, garantindo os princípios de economicidade e eficiência, sem impedir que valores menores sejam alcançados durante a disputa entre os licitantes.



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SANTA HELENA

ESTADO DO PARANÁ – CNPJ 77.881.449/0001-30

O valor que sedimenta a aquisição/contratação:

Item	CATMAT /CATSER	Quantidade	Unidade de Medida	Especificação da descrição	Valor Unitário Estimado R\$	Valor Total Estimado R\$
1	16519	01	Serviço	Serviço de elaboração do Plano de Manutenção, Operação e Controle - PMOC do sistema de climatização (ar-condicionados e cortina de ar) para Câmara Municipal de Vereadores de Santa Helena, conforme legislação vigente.	R\$ 3.599,30	R\$ 3.599,30

O custo estimado total da contratação é de R\$ 3.599,30 (Três mil, quinhentos e noventa e nove reais e trinta centavos).

Do Estudo Técnico Preliminar –ETP

O estudo técnico preliminar é uma etapa crucial no processo de licitação, pois visa analisar e detalhar as especificações técnicas do objeto a ser licitado e justificativa.

Compulsando o processo verifica-se foram observados na elaboração do estudo técnico preliminar, as informações básicas do objeto com sua descrição detalhada. A descrição foi apresentada de forma clara, precisa e abrangente, contemplando todos os requisitos técnicos e funcionais que o objeto deve atender.

Nesse viés, foi descrito as necessidades e expectativas da Câmara Municipal, com motivação como se observa a literalidade do item 3 do texto do ETP:

“A Câmara Municipal de Vereadores de Santa Helena possui em suas instalações equipamentos de climatização, tais como aparelhos de ar-condicionado e cortina de ar, utilizados para garantir condições adequadas de conforto térmico, salubridade e qualidade do ar aos servidores, vereadores, colaboradores e munícipes que frequentam o prédio público. A adequada manutenção e controle desses sistemas é obrigatória conforme dispõe a Lei Federal nº 13.589/2018, que estabelece a obrigatoriedade de elaboração e implementação do Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC em sistemas de climatização de ambientes coletivos, com o objetivo de assegurar a qualidade do ar interior e prevenir riscos à saúde dos ocupantes. Além disso, a Portaria nº 3.523/1998 do Ministério da Saúde, bem como, as Resoluções da ANVISA, estabelecem diretrizes e procedimentos para manutenção e controle de sistemas de climatização, exigindo acompanhamento técnico por profissional habilitado. A ausência do Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC) e da manutenção preventiva acarreta risco de multas sanitárias, falhas em equipamentos e aumento do consumo de energia. Considerando que a Câmara Municipal não dispõe em seu quadro funcional de profissional especializado e legalmente habilitado para elaboração do referido plano técnico, torna-se necessária a contratação de empresa ou profissional qualificado para elaboração do PMOC, contemplando o diagnóstico do sistema existente e a definição dos procedimentos de manutenção, operação e controle dos equipamentos de climatização.”



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SANTA HELENA

ESTADO DO PARANÁ – CNPJ 77.881.449/0001-30

Além do mais, a contratação visa proporcionar ambientes salubres e climatizados aos usuários da Câmara Municipal, preservando o patrimônio público por meio da manutenção adequada dos equipamentos existentes, evitando assim, a interrupção das atividades legislativas e administrativas em razão de falhas nos sistemas de climatização”.

Do Termo de Referência

No que tange ao termo de referência denota-se a descrição detalhada do objeto a ser realizado via dispensa eletrônica, incluindo suas especificações técnicas, quantidade, prazo de entrega, local de entrega, dentre outros detalhes relevantes.

Sobre a análise da habilitação do processo em destaque, foram estabelecidas as condições de habilitação para a participação no certame, com critérios objetivos que devem ser observados pelos licitantes e discorre sobre a documentação necessária para participar da dispensa eletrônica, entre os quais a habilitação jurídica e de regularidade fiscal e o atestado de capacidade.

Da minuta do edital

Acerca da minuta do edital, denota-se que o agente de contratação elencou os elementos da fase preparatória da licitação pública, previstos no artigo 25 da Lei nº 14.133/2021:

Art. 25. O edital deverá conter o objeto da licitação e as regras relativas à convocação, ao julgamento, à habilitação, aos recursos e às penalidades da licitação, à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento.

Destarte, a minuta do Edital estabelece a modalidade dispensa eletrônica, cujo objeto atendendo o disposto no inciso II do artigo 75 da Lei nº 14.133/2021.

Da minuta do contrato

No que concerne à minuta do contrato, após análise detida de suas respectivas disposições, conclui-se estar adequado e dotado de regularidade, eis que estabelece, com clareza e precisão, as condições para sua execução, expressas em cláusulas que definem os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, em conformidade com os termos da licitação e da proposta a que se vinculam, cumprindo as imposições expressas ao artigo 92 da Lei nº 14.133/21 a seguir:

“Art. 92. São necessárias em todo contrato cláusulas que estabeleçam: I - o objeto e seus elementos característicos; II - a vinculação ao edital de licitação e à proposta do licitante vencedor ou ao ato que tiver autorizado a contratação direta e à respectiva proposta; III - a legislação aplicável à execução do contrato, inclusive quanto aos casos omissos; IV - o regime de execução ou a forma de fornecimento; V - o preço e as condições de pagamento, os critérios, a data-base e a periodicidade do reajustamento de preços e os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento; VI - os critérios e a periodicidade da medição,



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SANTA HELENA

ESTADO DO PARANÁ – CNPJ 77.881.449/0001-30

quando for o caso, e o prazo para liquidação e para pagamento; VII – os prazos de início das etapas de execução, conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo, quando for o caso; VIII – o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica; IX – a matriz de risco, quando for o caso; X – o prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços, quando for o caso; XI – o prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso; XII – as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas, inclusive as que forem oferecidas pelo contratado no caso de antecipação de valores a título de pagamento; XIII – o prazo de garantia mínima do objeto, observados os prazos mínimos estabelecidos nesta Lei e nas normas técnicas aplicáveis, e as condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso; XIV – os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas e suas bases de cálculo; XV – as condições de importação e a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso; XVI – a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta; XVII – a obrigação de o contratado cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz; XVIII – o modelo de gestão do contrato, observados os requisitos definidos em regulamento; XIX – os casos de extinção. Portanto, a minuta do contrato encontra-se com as cláusulas mínimas devidamente amparadas na Lei nº 14.133/2021, em especial por se tratar de objeto rotineiro, sem aferição de riscos aparentes para a Administração Pública e não se enquadrando como contratação de alto valor”.

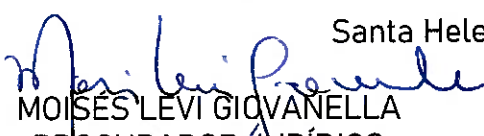
Nesse viés, chancela-se que estão presentes na minuta do contrato, os dispositivos elencados no artigo 92 da Lei nº 14.133/21.

Conclusão

Ante o exposto, conclui-se, que estão presentes os pressupostos de regularidade jurídica dos autos, opina e pela possibilidade da modalidade de dispensa eletrônica para contratação de empresa para elaboração do Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Helena.

Ante o exposto, opina a Procuradoria Jurídica pela regularidade da modalidade adotada, visto que, até o presente momento, foram cumpridos todos os requisitos exigidos legalmente, recomendando-se a continuidade do presente processo administrativo.

Santa Helena, 29 de abril de 2026.


MOISÉS LEVI GIOVANELLA
PROCURADOR JURÍDICO
OAB-PR Nº 35802